



vantagens inerentes ao desempenho da atividade pelo período em que não prestou serviço, consoante entendimento pretoriano.

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. AÇÃO ORDINÁRIA C/C PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO AJUIZADA CONTRA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. AJUIZAMENTO CONCOMITANTE DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O GOVERNADOR DO ESTADO NO ÓRGÃO ESPECIAL. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PELO STJ. REINTEGRAÇÃO DETERMINADA E CUMPRIDA. PREJUDICIALIDADE DA REINTEGRAÇÃO. MÁ-FÉ PROCESSUAL. APLICAÇÃO DE SANÇÃO PECUNIÁRIA PAGAMENTO DE VENCIMENTOS RETROATIVOS. NÃO CABIMENTO POR FALTA DE EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. IMPOSSIBILIDADE POR AUSÊNCIA DE PROVA. NÃOPROVIMENTO.

*1 – A parte que ajuíza ação de nulidade de ato administrativo demissionário contra o ente público e concomitante busca o mesmo controle contra a autoridade que o emitiu através de mandado de segurança, omitindo num e noutro essa circunstância, pratica má-fé processual, merecendo sanção pecuniária. No entanto, tendo o STJ determinado de forma definitiva a reintegração da parte no cargo, tem-se a matéria como prejudicada. 2 – **O pagamento de vencimento decorrente de reintegração em cargo público é indevido quando não houve o efetivo exercício.** 3 – O dano experimentado pelo ofendido para ser passível de indenização deve estar ligado coerentemente ao ato ilícito cometido pelo ofensor. Dessa forma, deve o credor fazer prova do prejuízo sofrido para que possa exigir a indenização, a menos que a reparação resulte de previsão legal, que não é o caso. “APELAÇÃO NÃO PROVIDA, POR MAIORIA. Grifei*

Portanto, ainda que fosse procedente a causa, o que se admite por força de argumentação, deveria ser rejeitado o pedido de pagamento dos valores



ao demandante, em caráter retroativo, em relação ao período em que não se deu a efetiva prestação de serviço.

4 - DOS PEDIDOS

PELO EXPOSTO, o Estado do Rio Grande do Sul **requer**:

a) seja julgado totalmente **improcedente** o pedido veiculado na presente demanda, com a condenação do autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais;

b) requer, ainda, seja indeferido qualquer pedido de produção de provas com o objetivo de refazer a prova já produzida na órbita administrativa acerca dos fatos apurados no procedimento administrativo que culminou na licença à bem da disciplina do autor.

Requer, ainda, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos e necessários para o perfeito deslinde do feito.

Nesses termos, pede deferimento.